



CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Nº. 138/2025

A Superintendência de Meio Ambiente – SEMA/SEDUMA, no uso das atribuições que lhes são conferidas no inciso V do artigo 6º da Lei Complementar nº.084/2016, DECLARA, em atenção ao requerimento formulado por meio do Processo nº 20942/2025, que a atividade de “consultório oftalmológico” que será realizada por **MMS ODONTOLOGIA LTDA**, CNPJ: 43.667.110/0001-14, localizado na Rua Bartovino Costa, nº.180, Consultório 2, Vila Nova – Colatina/ES, coordenadas médias de referência: UTM 328678.89 E / 7838743.49 S (*Datum: WGS 84*) **ESTÁ DISPENSADA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**, de acordo com as definições e exigências do Decreto Municipal N° 12.777/2008 e Instrução Normativa do IEMA N° 5-N/2022.

Esta declaração somente é válida para as condições contidas acima e pelo período de 01 (um) ano a contar da data de emissão da mesma.

Colatina/ES, 22 de dezembro de 2025.

ESTEVÃO FERRARI BRAVIN

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
DECRETO Nº 30.019/2025





CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Nº. 138/2025

CONDICIONANTES:

1. Possuir e implementar plano de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde conforme Resoluções CONAMA nº 358/2005 e RDC nº 306/2004 da ANVISA, ou norma que vier a suceder;
2. Esta declaração não permite a realização de procedimentos cirúrgicos, exceto se realizados em unidade hospitalar, sendo este devidamente licenciado;
3. Deverão ser observadas as normas vigentes aplicáveis ao controle ambiental da atividade, especialmente no que se refere à geração de efluentes líquidos, emissões atmosféricas, ruídos e resíduos sólidos, priorizando a execução da coleta seletiva dos materiais passíveis de reciclagem e sua destinação segregada;
4. Manter no estabelecimento os comprovantes de destinação final dos resíduos oleosos e resíduos sólidos para fins de comprovação em caráter de fiscalização;
5. Garantir que os níveis de ruído sejam mantidos de acordo com as normas técnicas, conforme NBR 10151;
6. A atividade somente poderá ser executada com todos os sistemas de controle ambiental em pleno funcionamento, devendo-se prover o seu perfeito funcionamento, com todos os equipamentos manutenidos conforme recomendação do fabricante;
7. Adotar medidas de proteção, respeitadas as normas e posturas municipais, de modo a evitar acúmulo de água, originadas ou não de chuvas, bem como a realizar manutenção e limpeza dos locais sob sua responsabilidade, providenciando o descarte ambientalmente correto de materiais inservíveis que possam acumular água;
8. Caso venha a ocorrer alteração nos atos constitutivos, o titular desta Declaração deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma ao Órgão Ambiental do Município;
9. Este documento perderá automaticamente sua validade, caso seja constatado que os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondem à realidade, se alguma obrigação estabelecida seja descumprida, se constatada qualquer infração às legislações vigentes;
10. A emissão desta declaração não autoriza a realização de obras ou modificações de projeto que impliquem alteração do processo produtivo, ampliação de área, geração de resíduos ou efluentes com características diversas dos informados ou mudança da natureza da atividade licenciada, ocasião em que a SEDUMA deverá ser previamente consultada;
11. É obrigatória a manutenção de cópia deste documento no local da atividade, à disposição dos





CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Nº. 138/2025

agentes fiscais, para consulta e registro sempre que necessário;

12. O titular desta declaração deverá comunicar imediatamente à SEDUMA em caso de encerramento das atividades, apurando eventuais passivos e disponibilizando uma forma de contato para viabilizar vistorias técnicas para constatação;

13. O descumprimento das normas e leis ambientais vigentes sujeitará o infrator às sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, conforme descrito na Lei Federal 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) e demais legislações aplicáveis.

O REQUERENTE É RESPONSÁVEL CIVIL E CRIMINALMENTE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

